

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , de 2015

(Do Sr. Ricardo Izar)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as denúncias de extermínio ilegal nos centros de zoonoses de todo o País.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal c/c os artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para discutir as denúncias de extermínio ilegal nos centros de zoonoses de todo o País.

Para tanto, sugerimos a participação dos seguintes convidados:

Sra. Luisa Mell – Denunciante; ativista e protetora da causa animal do estado de São Paulo;

(11)99144-2595

Sra. Adriana Khoury – Presidente da Faos (Federação das Associações em Ongs do Estado de SP) - (11) 94133-7797

Dr. Wilson Ricardo Ligiera – Advogado; Especialista em bioética pela universidade de medicina da USP; Presidente da comissão de proteção e defesa animal do estado de São Paulo – (011) 96522-0212.

Sra. Roseane Correia Oliveira – Gerente do CCZ, (Centro de Zoonoses do estado de São Paulo) – (011) 3397-2878 – (011) 8279-8280 – (011) 3397-8900 – (011) 3397-8901 – (011) 3397-8936 – (011) 3397-8937

- **Sr. Nélio Moraes** – Coordenador do Centro de Zoonoses de Fortaleza – (85) 8811-4361

- **Sra. Ana Rita Tavares** – Vereadora da cidade de Salvador e ativista da causa animal – (71) 88007502

- **Sra. Goretti Queiroz** – ativista da causa animal – (81) 9976-8912

- **Sra. Daísa Mello** – Denunciante; ativista da ONG Protetores de Patinhais do

estado do Piauí – (086) 9405-9550 – (086) 3221-6979

- **Sra. Jackeline Canizo** – Presidente da ONG ComPaixão do estado do Amazonas – (92) 99326-2699

JUSTIFICATIVA

No Brasil, os grandes centros urbanos vivem hoje as consequências da superpopulação de animais.

Os Centros de Controle de Zoonoses, que são unidades de saúde pública que têm como objetivo prevenir e controlar as zoonoses, possuem, via de regra, métodos crueis de captura, confinamento e extermínio de cães e gatos, geralmente mantendo-os em cativeiro, em cubículos fétidos e imundos, sem comida ou qualquer avaliação médica-sanitária, sofrendo maus tratos.

Nesse contexto, a sociedade questiona, em nome do direito à vida e ao bem estar dos animais; a razão do sacrifício sistemático e indiscriminado de cães errantes nos CCZ's e sua real eficácia em relação ao controle das zoonoses.

Os CCZ's deveriam fiscalizar e garantir a saúde e o bem estar dos animais e estimular a fiel aplicação dos preceitos constitucionais e legais que preconizam a posse responsável destes seres vivos por seus proprietários, contudo, são os primeiros a violarem a norma legal e dar maus exemplos, estimulando a impunidade e a barbárie, ao por em prática procedimentos e atitudes que afrontam a legislação o País.

Deve-se ressaltar que os CCZ's, responsáveis pela captura de animais soltos nas ruas, atualmente, em virtude das políticas administrativas adotadas, não possuem infraestrutura nem pessoal qualificado sequer para atender as solicitações da comunidade. Na maioria deles não existem critérios para separação dos animais apreendidos, pois cães sadios são confinados com doentes, animais grandes com pequenos, cães de guarda com cães de companhia, etc. Tais procedimentos, em vez de conter os casos de zoonoses, acabam por transformar estes centros em verdadeiros difusores destas doenças.

O sacrifício sistemático de cães e gatos, por meio de injeções letais, câmaras de gás e de compressão a vácuo, espancamentos etc. - métodos considerados não humanitários -, ocorre há mais de vinte anos nos CCZ's das grandes cidades.

Enquanto não se enfrentar as reais causas da superpopulação animal, oriunda

de uma procriação descontrolada de cães e gatos, a Administração Pública continuará matando diariamente milhares de animais.

Nota-se o descaso da Administração Pública, no que tange à situação dos animais de rua, não havendo demonstração de interesse político na solução deste grave problema. Pelo contrário, constata-se a elaboração e implementação efetiva de métodos cruéis e desumanos de controle de zoonoses, através da eliminação sistemática e indiscriminada de animais errantes e mesmo domiciliados, sendo a sua grande maioria cães. Não se pode deixar de constatar que se trata de um problema de natureza nitidamente social e cultural.

O caminho fácil do extermínio de animais é o teoricamente mais barato, mas fere o mandamento constitucional que incube o Poder Público proteger a fauna, e aí estão incluídos não somente os animais silvestres, mas também os domésticos e domesticados.

Por essas razões e pelas inúmeras denúncias que recebemos diariamente de extermínio de animais em CCZs, requeiro realização de Audiência Pública com a participação dos convidados acima citados.

Sala das Comissões, de junho de 2015.

**Deputado RICARDO IZAR
(PSD/SP)**